



Conteúdos escolares produzidos por IA e alienação docente

Cristiano das Neves Bodart¹

Estamos diante de um fenômeno que as três primeiras revoluções industriais apenas prenunciaram, mas não realizaram plenamente: a alienação do trabalho intelectual. Se, na indústria clássica analisada por Marx, a alienação incidia sobretudo sobre o trabalho manual, separando o trabalhador do controle sobre os meios, o processo e os produtos de seu trabalho, no capitalismo contemporâneo seus tentáculos alcançam também o trabalho cognitivo.

Por atuar na formação de professores, minha preocupação dirige-se particularmente ao trabalho docente. O problema não reside no uso ou não uso da inteligência artificial (IA), mas na forma social sob a qual essa tecnologia vem sendo incorporada à educação.

O contexto brasileiro é marcado por uma combinação especialmente problemática: aprofundamento da mercantilização da educação, expansão do mercado de “soluções educacionais”, precarização do trabalho docente, desvalorização material e simbólica da profissão e fragilidades estruturais na formação de parte significativa dos professores.

Nesse cenário, governos estaduais e municipais têm progressivamente estimulado o abandono do livro didático do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) como eixo organizador do trabalho pedagógico. Basta observar os casos do estado de São Paulo e Minas Gerais para ficarmos em apenas dois exemplos. Em alguns casos, isso ocorre por disputas político-ideológicas com o governo federal; em outros, pela abertura de espaço para contratos com grupos privados do setor educacional. O resultado é a desestruturação parcial de uma política pública

¹ Doutor em Sociologia (USP). Docente do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). E-mail: cristianobodart@gmail.com

historicamente relevante, o PNLD, fundada em critérios relativamente rigorosos de avaliação científica e pedagógica. Em seu lugar, amplia-se a circulação de materiais privados frequentemente pouco transparentes quanto aos seus critérios de elaboração e validação.

No plano cotidiano da escola, esse processo produz seus efeitos. A deslegitimação do livro didático do PNLD amplia a pressão para que professores produzam constantemente seus próprios materiais. Em um contexto de intensificação e precarização do trabalho, cria-se um mercado de conteúdos pedagógicos padronizados: apostilas, apresentações, planos de aula e atividades produzidos em escala crescente com auxílio de ferramentas de inteligência artificial. Muitos desses materiais são elaborados por agentes externos ao campo disciplinar específico ou por produtores cuja legitimidade pedagógica deriva mais da lógica comercial das plataformas do que da pesquisa educacional ou científica. Muito diferente daqueles envolvidos com a produção dos livros didáticos distribuídos por meio do PNLD.

É recorrente a crítica aos livros didáticos do PNLD de que eles não foram pensados para as particularidades de cada público deste país plural. O diagnóstico é correto, mas a conclusão equivocada. O livro é um esforço de transposição didática realizado por autores externos às salas de aula particulares. Eles fazem o que chamamos de transposição didática externa, cabendo ao professor completar essa transposição didática de modo que ela seja adequada à realidade de seus estudantes concretos. O professor faz esse movimento a partir de um conteúdo qualificado, avaliado e revisado por dezenas de pessoas qualificadas, entre autores, avaliadores especialistas, revisores e editores.

Os conteúdos produzidos por IA e comercializados prometem ser mais próximos dos estudantes e prontos para uso. Em geral, esses materiais vêm até com campos para preencher o nome do professor, da escola e da turma. Nenhum esforço promete-se exigir.

O problema central não é a utilização de IA em si, mas a transformação da atividade docente em mera operação de consumo, adaptação e aplicação de conteúdos produzidos externamente. É nesse ponto que tenho observado a alienação do trabalho intelectual docente.

Historicamente, a docência constituiu-se como uma prática fundada na mediação intelectual, na autonomia profissional e na relação formativa com os estudantes. O professor não apenas transmitia conteúdos, mas os interpretava, contextualizava, selecionava, problematizava e reorganizava a partir das condições concretas da aprendizagem de seus estudantes. Quando plataformas e materiais padronizados passam a ocupar progressivamente esse espaço, ocorre uma transferência parcial da autoria pedagógica para dispositivos técnicos, administrativos e mercantis.

Minha apreensão dirige-se, portanto, a um processo de alienação do trabalho docente entendido como perda relativa de controle sobre os meios, os critérios, os ritmos e os sentidos da própria prática pedagógica. Muitos professores, submetidos a condições extenuantes de trabalho, acabam aderindo a soluções que oferecem economia de tempo e redução da sobrecarga. Contudo, essa comodidade possui um custo: a erosão gradual da autonomia intelectual e da dimensão artesanal da docência.

A aula, o planejamento e a avaliação passam então a ser mediados por conteúdos frequentemente genéricos, descontextualizados e produzidos segundo lógicas de mercado, e não segundo as necessidades efetivas dos estudantes concretos. Perde-se o mais importante: os objetivos de aprendizagem, aos quais todas as demais ações eram ajustadas para alcançá-los. O professor desloca-se da condição de intelectual da educação para uma posição mais próxima da execução técnica de materiais concebidos externamente.

As consequências desse processo podem ser profundas. Como sou sociólogo, e não futurólogo, torço para errar minhas “previsões”. Ainda assim, algo precisa ser feito diante dessa possibilidade, já que o abismo está logo ali. Essa reflexão “prognóstica” parte da observação de materiais escolares comercializados em plataformas digitais, especialmente de Sociologia escolar, nos quais tenho identificado recorrência de simplificações conceituais, ausência de fundamentação teórico-pedagógica e bibliográfica disciplinar.

O primeiro problema é o empobrecimento da prática pedagógica. Ensinar é uma prática relacional, interpretativa e situada, que exige julgamento pedagógico,

sensibilidade contextual e capacidade de responder à imprevisibilidade constitutiva da sala de aula. Quando o ensino se reduz à aplicação de conteúdos previamente produzidos por IA, a aprendizagem assume um caráter operacional e socialmente empobrecido.

A segunda consequência é o empobrecimento epistemológico dos conteúdos escolares e sua limitação às ideias hegemônicas. No caso específico da Sociologia escolar, que tenho analisado com atenção nos últimos meses, noto frequentemente a circulação de materiais comercializados e produzidos por IA marcados por conceituações superficiais, generalizações indevidas, psicologização de fenômenos sociais, apagamento de tradições teóricas, harmonização de fenômenos sociais conflituosos, simplificações excessivas, reprodução de ideologias dominantes e ausência de fundamentação científica. Disciplinas de Ciências Humanas são as que mais perdem nesse contexto, uma vez que seus conteúdos convertem-se em repetições de ideologias hegemônicas, já que as IAs, por operar sob lógicas das estruturas sociais postas, tendem a reproduzir padrões discursivos dominantes presentes nos grandes volumes de dados que compõem seus conjuntos de treinamento. Mas cabe destacar que a IA figura-se como mediação tecnológica dentro de estruturas mercantilistas e à serviço do reforço a uma da ideologia.

A terceira consequência é a desvalorização simbólica e profissional da docência. O trabalho pedagógico tem passado a ser concebido como aplicação de materiais comprados prontos, enfraquecendo a compreensão social do professor como produtor de mediação intelectual qualificada. A autonomia docente, elemento central da profissão, tem sido corroída à medida que decisões pedagógicas são deslocadas para plataformas, empresas e sistemas externos ao trabalho vivo do professor.

Há uma consequência menos visível, mas profunda, que aqui enumero como quarto problema: a erosão da potência formativa da própria figura do professor. Muitos trajetos intelectuais são produzidos pelo encontro com docentes capazes de despertar curiosidade, imaginação e desejo de conhecimento. Não devemos esquecer que a docência não deve operar apenas pela transmissão de conteúdos, mas especialmente pela encarnação social do trabalho intelectual. O risco de uma docência

crescentemente alienada é a perda dessa capacidade de inspirar novas gerações a reconhecer no conhecimento uma forma de emancipação e transformação de si.

Não se trata de rejeitar a tecnologia nem de idealizar formas passadas de ensino. Coloco como questão central a política. Estamos disputando socialmente as formas de incorporação tecnológica à educação. É certo que tecnologias podem ampliar possibilidades pedagógicas e democratizar acessos. Contudo, estamos subordinando o professor à lógica mercantil, levando à desintelectualização do trabalho docente. O que está em disputa é o lugar social do professor e o futuro do trabalho intelectual na educação. Está em curso a alienação do trabalho intelectual e, conseqüentemente, o desaparecimento do professor inspirador do intelecto em sala de aula. O drama é que nunca precisamos tanto de professores intelectuais que promovam o pensamento crítico, criativo e autônomo.

Se Karl Marx estava certo ao afirmar que o trabalho alienado emerge quando o trabalhador perde o domínio sobre os sentidos, os meios e os produtos de sua própria atividade, passando a produzir segundo finalidades que lhe são externas, então estamos encaminhando para a alienação do professor. Se conteúdos, planejamentos, avaliações e estratégias pedagógicas passam a ser definidos por plataformas, sistemas privados e materiais produzidos em escala com auxílio de IA, significa que o professor está perdendo parte de sua autoria intelectual sobre o próprio fazer pedagógico. Trata-se da corrosão da autonomia intelectual que historicamente constituiu a docência como prática formativa, reflexiva e socialmente orientada.

Ao perder progressivamente a autoria da transposição didática, os critérios e os sentidos de sua própria prática pedagógica, o professor deixar de atuar como intelectual da educação para assumir uma função cada vez mais próxima da aplicação técnica de materiais produzidos externamente.

Cristiano Bodart, doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Paulo (USP), professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Bolsista de Produtividade do CNPq. Autor de “Manual do desachismo: Sociologia para pensar o cotidiano (Editora Vozes, 2026).

Como citar este texto:

BODART, Cristiano das Neves. Conteúdos escolares produzidos por IA e alienação docente. *Blog Café com Sociologia*, 06 de jun. 2026. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/conteudos-escolares-produzidos-por-ia-e-alienacao-docente/>